

ACONSTRUÇÃO DE REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS

Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Roseane Corrêa Gomes

Resumo

- O presente artigo tem origem na práxis alfabetizadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) através do Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Popular na Amazônia Rural- GETEPAR e se constitui, também, em um dos focos de pesquisa do Curso de Especialização em Psicologia Educacional da Universidade do Estado do Pará. A nossa participação na práxis alfabetizadora do NEP possibilitou-nos refletir sobre as seguintes questões: que representações sociais são construídas em relação a jovens, adultos e idosos "analfabetos"? Que identidades estes sujeitos constroem em suas práticas sociais? Por não saberem ler e escrever muitas vezes são julgados incapazes e discriminados por isso assumem uma atitude de desesperança face as suas condições de vida na sociedade. Sendo assim, consideramos necessário tecermos algumas reflexões sobre as representações presentes na sociedade em relação a estes sujeitos, que identidades estão sendo formadas, mas sobretudo a partir do diálogo e da leitura de mundo de Freire, desconstruímos e reconstruímos esta representação...
- *Palavras-chave:* alfabetização, representação social e identidade

Tendo como referência a práxis do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP), que vem desenvolvendo e construindo uma Educação Popular comprometida com crianças, jovens, adultos, idosos(as) e trabalhadores(as) rurais-ribeirinhos em Belém e no município de São Domingos do Capim, através do Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Popular na Amazônia Rural- GETEPAR, é que problematizamos duas questões sobre a alfabetização no âmbito da psicologia social: a construção de representações sociais e de identidades.

As representações sociais como explicações psicossociológicas constituem-se no pronunciar coletivo semelhante, que evidencia um pensar em conjunto sobre os mesmos assuntos. As representações têm

1Doutora em Educação pela PUC-SP e UNAM/UAM - México. Professora-orientadora do Curso de Especialização em Psicologia da Educação da UEPA, Coordenadora do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire e do Programa de Pós-Graduação em Educação-mestrado da Universidade do Estado do Pará. Professora da UEPA e UNAMA.

2 Discente do Curso de Especialização em Psicologia Educacional da UEPA, Graduada Plena em Pedagogia-habilitação em Educação Especial e Administração Escolar pela UEPA e integrante do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire - Grupo de Estudo e Trabalho em Educação Popular na Amazônia Rural do CCSE-UEPA.

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 5, 2004

um caráter coletivo, constituídas por diferenças entre grupos. Elas são mistura de conceitos, imagens e percepções compartilhadas e transmitidas por número significativo de pessoas e de uma geração a outra. (Moscovi, 1986 apud Oliveira, 2001, p. 162)

Neste sentido, as representações sociais envolvem crenças, valores e imagens que os indivíduos constroem, no decorrer de suas vidas, a partir da vivência na sociedade. Quando nos referimos ao mundo real, quando nos relacionamos com o mundo objetivo, estamos expressando nossa consciência e fazemos isto através das representações sociais.

Segundo DOISE (1986, p.83 apud OLIVEIRA, 2001, p. 162):

A representação social é apresentada como produto da ação e da comunicação humanas. As relações sociais de comunicação são enfatizadas por envolverem a difusão, a propagação e a propaganda como formas de construção das representações sociais. Nas famílias, nas escolas e em diversos grupos sociais se desenvolvem e proliferam as representações sociais, assim como, através da publicidade veiculada pelos meios de comunicação de massa. A representação é, portanto, construída através das diversas relações de comunicações sociais e dos seus diferentes discursos.

Sendo assim, perguntamos: que representações temos de jovens, adultos e idosos ditos “analfabetos”? Uma das respostas está relacionada à existência de um imaginário social em que “analfabetos” são aquelas pessoas que não tem domínio da leitura e da escrita, são ignorantes, que não são eruditas, por isso, não tem conhecimento para fazer parte da “sociedade do conhecimento”.

A representação para esses jovens, adultos e idosos ditos “analfabetos” está direcionada à discriminação, até mesmo entre eles, quando expõem em suas falas que não sabem nada, como a fala de dona Maria³, alfabetizanda da comunidade do São José do “S” do Município de São Domingos do Capim: “A gente não conhece nada, queremos aprender muitas coisas”.
Relatam que não possuem conhecimento, que são incapazes de aprender ou “que papagaio velho não aprende mais”, como está expresso na fala de dona Luzia⁴, também alfabetizanda da comunidade do São José do “S”: “Estas pessoas, nós, que já estamos passando da meia-velhice, que são velhas, não aprende mais nada”.

³ nome fictício

⁴ nome fictício

Percebemos, então, que estes homens e mulheres não se consideram capazes de aprender e de exercer a cidadania, pois o cidadão é visto como aquele que sabe assinar o seu nome e somente desta forma pode ser reconhecido por todos na sociedade.

Essas representações negativas, de que os analfabetos não possuem competências e potencialidades, nos remete a identificar, nas relações sociais desses sujeitos, preconceitos, discriminação e auto-exclusão, implicando em uma prática de não aceitação desses homens e mulheres na sociedade dita alfabetizada.

Assim, são vistos e se vêem como culpados de sua própria condição histórica na sociedade, colocando-se a margem da mesma e assumindo uma atitude de desesperança de mudança de sua condição de vida e de sociedade. Constituem-se em oprimidos por sua situação de não-escolarizado.

Em face a esta situação de opressão, é que devemos lutar e estar sempre em busca de uma educação popular que tenha como referência uma pedagogia como prática da liberdade pautada em princípios de respeito ao outro, ao ser humano, primando pela ética; respeito às diferenças individuais e culturais e à valorização desses sujeitos históricos.

Para FREIRE (1997, p. 36):

mulheres e homens, seres históricos sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por tudo isso nos fazemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é condição entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar longe ou pior, fora da ética, entre nós, homens e mulheres, é uma transgressão.

Para desconstruirmos essas representações sociais excludentes, à medida que estão incutidas fortemente no pensar e agir dos sujeitos «analfabetos», e que vêem a exclusão como uma negação do direito de “ser mais” torna-se necessário tomarmos como referência novos referenciais educacionais e construirmos novas representações em relação a esses sujeitos.

Como afirma Freire(2001) o ser humano está em permanente processo de formação, em busca de “ser mais”, porque tem consciência de sua incompletude. Como está em permanente busca, sempre sabe algo assim como não sabe tudo, por isso o processo de apropriação da leitura e da escrita da palavra implica na leitura e escrita de mundo FREIRE(1983, p. 04) “ talvez seja este

o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha da sua história. Isto é, biografar-se, existencializar-se, historicizar-se”.

A Educação Bancária, como denomina FREIRE (1983, p. 67-68), caracteriza-se como: “o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. “O educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem”, privilegiando os aspectos mecânicos de aprendizagem da leitura e da escrita, em detrimento dos seus aspectos interpretativos e críticos. Essa concepção legitima as representações sociais de incapacidade do alfabetizando e favorece à sua exclusão social.

Sendo assim, é importante partimos da concepção de que a leitura e a escrita da palavra pelo(a) educando(a) de seu mundo (leitura de mundo), possibilita-lhe refletir e desafiar-se a interferir e modificar criticamente a realidade em que vive, percebendo-se sujeito do conhecimento, de relações, de busca, capaz de criar e recriar saberes, conhecimentos e valores.

O ato de ler o mundo se dá na experiência existencial, por isso devemos compreender que a leitura de mundo é fundamental para a compreensão da importância do ato de ler, de escrever ou de reescrevê-lo, e transformá-lo através de uma prática consciente.

Por isso a importância dos temas e palavras geradoras enquanto instrumentos fundamentais para libertação, dos quais partimos das falas significativas, das problemáticas da comunidade, para iniciarmos o diálogo com os(as) educandos(as) desvelando-nos (educadores e educandos juntos) e desvelando o mundo com ele e nele numa relação dialógica, e assim, tentarmos construir juntos uma outra representação social do processo de alfabetização enquanto leitura e escrita da palavra.

FREIRE(1995, pág.74) enfatiza que:

A dialogicidade não pode ser entendida como instrumento usado pelo educador, às vezes, em coerência com sua opção política. A dialogicidade é uma exigência da natureza humana e também um reclamo da opção democrática do educador.

Na práxis tradicional da alfabetização, portanto, vimos construindo) nos(as) educandos(as), uma “identidade de não pertencimento” (OLIVEIRA 2001, pág. 176), quando negamos que os mesmos possam se perceber enquanto sujeitos de transformação social da realidade, transformando-a e transformando-se num

constante que-fazer.

Pensar que os jovens, adultos e idosos, por não possuírem o domínio da leitura e da escrita, estão desprovidos de conhecimento, afirmação fortíssima em suas próprias falas, é negar que esses sujeitos possam se reconhecer como sujeitos sociais, marca histórica da tendência em nossa sociedade moderna do capitalismo, que coisifica esses jovens, adultos e idosos a “nada”, pois estes não produzem para o desenvolvimento do capital, ligado a um pequeno e determinado grupo social.

É preciso que pensemos o processo da alfabetização como um meio e não um fim, de possibilitar aos jovens, adultos e idosos um reconhecimento de que estes sujeitos não chegam a um determinado espaço desprovido de conhecimento, pois sua prática social cotidiana expressa uma gama de saberes construída e criada em sua relação com os outros sujeitos da história e com a natureza.

Devemos buscar como afirma Oliveira(2001, p. 176): “A construção de uma “identidade de pertencimento” desses sujeitos. O que significa “romper não só com a estrutura da escola vigente, bem como as representações e identidades substantivadas historicamente de “não pertencimento” construídas.

A mudança na história, na vida e nas nossas relações sociais determinam um processar contínuo na definição de si mesmo. Sendo assim, a construção da identidade dos sujeitos deixa de ser algo estático e acabado, para se tornar algo dinâmico, um processo contínuo de representações de seu estar sendo no mundo e com o mundo.

Homens e mulheres enquanto seres sociais, constroem a si próprio, ao mesmo tempo em que constroem com os outros homens e mulheres a sociedade e sua história. Neste sentido a identidade é entendida como afirma (apud OLIVEIRA, 2003,pág 168): “como um fenômeno concreto, social, histórico e político”, “construída na relação social com outro”, denominada por Ciampa de “identidade metamorfose”, ou seja, movimento, processo, homens e mulheres que se fazem contextualizados histórica e socialmente em suas relações com outros homens e mulheres. (2001,pág 70).

Em suas histórias de vida e nas suas relações sociais os sujeitos vão construindo suas identidades, que, segundo Ciampa (1998) são postas através de personagens: a Maria-mãe, a Maria-filha, a Maria- costureira, a Maria-analfabeta, a Maria-alfabetizada. Cada personagem representa um movimento, uma passagem, uma transformação de idéias, de

Comunicação Universitária:
Revista do Centro de Ciências
Sociais e Educação.
Belém, Nº 5, 2004

valores, de ações, de consciências e de situações concretas de vida.

Metamorfose: a gente ir se transformando permanentemente!

Somos seres humanos, somos matéria; através da prática, a gente vai se transformando! (CIAMPA, 1998, p. 111).

A Pedagogia dialógica, problematizadora e conscientizadora de Freire nos coloca diante da possibilidade da compreensão crítica das identidades discriminatórias pressupostas socialmente aos jovens, adultos e idosos em processo de alfabetização e da conscientização destes sujeitos em serem metamorfose, capazes de mudar a si mesmo e suas condições de vida social.

A prática educativa libertadora, valorizando o exercício da vontade, da decisão, da resistência, da escolha; o papel das emoções, dos sentimentos, dos desejos, dos limites; a importância da consciência na história, o sentido ético da presença humana no mundo, a compreensão da história como possibilidade jamais como determinação, é substantivamente esperançosa e, por isso mesmo, provocadora da esperança (FREIRE, 2000, p. 48).

A desconstrução das representações discriminatórias sobre jovens, adultos e idosos ditos «analfabetos», portanto, torna-se uma questão ética, considerando-se que essas representações são materializadas em práticas concretas de exclusão social. Por isso nas práticas alfabetizadoras com esses sujeitos há que se trabalhar dialogicamente o sentido ético-político de sua existência no mundo e a do outro, reconhecendo a sua identidade humana.

BIBLIOGRAFIA

- CIAMPA, Antonio. **A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.